

V ENEPCP  
ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS  
FORMAÇÃO E AÇÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS:  
identidade, diversidade e tecnopolítica da democracia republicana  
Belo Horizonte/MG, 4 a 6 de setembro de 2023  
Local: Fundação João Pinheiro, Pampulha, Belo Horizonte MG  
Realização: ANEPCP - Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de  
Públicas

ST 23 - HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: REGIÕES E FRONTEIRAS

**O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
BRASILEIRA: VEREDAS**

Pedro Luiz de Araujo Costa

**Resumo**

No presente trabalho, partimos da panorâmica sobre a presença do Tribunal de Contas da União (TCU) nas constituições brasileiras, abordando a institucionalidade da egrégia corte de contas. Constata-se a permanência de elementos que se sedimentam ao longo do tempo, o que faz com que seja tão expressiva a presença do passado da corte em seu presente. Assim, a corte de contas pouco aparece como uma instituição preventiva, contrariamente ao que se almejava no momento de sua criação. A visibilidade que o TCU ganha em momentos de grande politização não redundam em um maior acompanhamento dos trabalhos regulares desenvolvidos pela egrégia corte de contas. Diante disso, imbricamos a atuação do TCU com um dos objetos presente em diversos trabalhos da corte. Com isso, problematizamos a administração da Educação Profissional brasileira, em âmbito federal, nos últimos quinze anos. A sequência de trabalhos da corte de contas reforça o que foi denominado de expansão desleixada da rede federal. Ambas as veredas, que se bifurcam, imbricadas em nosso trabalho, mostram a difícil composição, no Brasil, entre administração e política, ou, por outra perspectiva, apresentam a complexa gestão de políticas públicas em terras brasileiras.

**Resumo Expandido**

O presente trabalho parte da panorâmica sobre a presença do Tribunal de Contas da União (TCU) nas constituições brasileiras, desde seu surgimento na chamada Primeira República. Nesse sentido, iniciamos nosso trabalho abordando a institucionalidade da egrégia corte de contas em terras brasileiras. Muitas foram e são as polêmicas em torno da institucionalidade dos tribunais de contas, de suas competências e de suas atribuições – aqui serão trazidas à baila as temáticas que recorrentemente apareceram nas Constituintes, na imprensa e em trabalhos que problematizaram a corte de contas. Levanta-se, ainda, o problema sobre a profundidade e a permanência deste debate, atrelando a visibilidade que os tribunais de contas (TCs) ganham de tempos em tempos a situações de caráter excepcional.

Partimos do estudo, que se tornou referência básica sobre a trajetória do Tribunal de Contas da União, chamado *O Tribunal de Contas da União na História do Brasil: evolução histórica, política e administrativa (1890 -1998)*, passando pela literatura que

também se ocupa da corte de contas, em grande medida investigando processos de

*accountability* e, com menor frequência, de judicialização. Grande parte dos estudos analisam os tribunais de contas de maneira panorâmica, tratando da institucionalidade dos mesmos discutindo sua normatização, através de seus vários desenhos ao longo da história (Republicana) brasileira. Outrossim, partindo dessa perspectiva, surgem problematizações quanto às competências dos tribunais de contas e acerca das mudanças e permanências presentes nas Constituições brasileiras; sua maior ou menor dependência dos poderes da República; as mudanças nesta dependência; o caráter das funções desempenhadas pelos tribunais (se estritamente administrativas ou judicante, por exemplo).

Dessa panorâmica sobre a trajetória da corte de contas e dos trabalhos que se ocuparam da mesma, constata-se a permanência de elementos que se sedimentam ao longo do tempo, mesmo que, volta e meia, sejam apontados como problemáticos, caso das indicações políticas para escolha dos Ministros do tribunal de contas – o que faz com que seja tão expressiva a presença do passado em seu presente, de modo que descortinando a história do presente podemos encontrar os vestígios do passado da colenda corte de contas.

Conclui-se a primeira parte do trabalho dando destaque para o fato da escassez de estudos sobre a atuação dos TCs ser similar a sua ausência no debate público, tanto nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, quanto na mídia, ou na sociedade. Desta maneira, levantamos a hipótese que a visibilidade do TCU ganha projeção quando a instituição está em meio a episódios excepcionais e, por si mesmos, de grande repercussão e proporção política – como nas Constituintes (principalmente em 1987-88), ou em situações como no caso do *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Sendo assim, a corte de contas pouco aparece como uma instituição preventiva – como almejou-se no momento de sua criação, marcante na Exposição de Motivos lavrada por Rui Barbosa –, sendo uma das perdas ocorridas em seu caminho. O que transparece na visibilidade que o TCU ganha em momentos de grande politização – frequentemente uma repercussão da *pequena política* praticada no Brasil, do que propriamente um momento de visível *grande política* – sem um conseqüente acompanhamento dos trabalhos regulares desenvolvidos pela egrégia corte de contas. Com fito nesta última dimensão, partimos da panorâmica para o chão de um dos objetos tratados em trabalhos realizados pelo TCU.

A expansão da educação profissional no Brasil é fato marcante na educação brasileira nos últimos quinze anos (pelo menos). Quase proporcionalmente a esta expansão, os trabalhos que utilizam este fato como tema vem se avolumando ano após ano, nenhum deles se aproximando tanto dos impactos causados nas instituições que

ofertam ensino profissional como a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, entre os anos de 2011 e 2012.

Os trabalhos que se voltam para a institucionalidade e papel atribuído ao TCU vem crescendo ao longo dos últimos vinte e cinco anos – com destaque pelo viés do controle das finanças públicas e ações ou ausência de *accountability* (principalmente na forma horizontal) na administração pública brasileira, contudo, ainda são escassos os trabalhos que trazem a atuação regular da egrégia corte. O presente trabalho imbricará ambos os objetos, a fim de problematizar a administração da Educação Profissional nos últimos quinze anos, a partir de auditorias realizadas pelo TCU sobre diversos temas. Dada a esfera de atuação do TCU, nosso trabalho se concentrará nas auditorias que envolveram instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Como veremos, a sequência de trabalhos da corte de contas reforça o que foi denominado de expansão desleixada da rede federal.

Esporadicamente trazida para discussões – que seus trabalhos auxiliariam – sobre a realidade de nossa administração pública, o TCU vê-se na difícil posição de zelar pelo controle das contas públicas, em meio as disputas pela distribuição – e em vários casos apropriação – dos escassos recursos públicos. Tudo isso assumindo uma posição técnica no âmbito da gestão e/ou administração, ou uma (ainda) incerta postura judicante e até mesmo um viés político. As inquirições sobre a trajetória institucional do TCU, assim como as constatações que constam nos trabalhos da corte sobre o objeto que mobilizamos, mostram a difícil composição, no Brasil, entre administração e política – com essa última eclipsando a primeira –, que acaba por enviesar para a precedência de uma sobre a outra. Fica patente a premente necessidade, passados quase trinta e cinco anos de existência da Constituição de 1988, em colocar o Tribunal de Contas no centro dos debates sobre nossa administração pública, que tanto pode contribuir para melhoria, transparência, publicização da mesma e, por consequência, para o avanço da democracia e consolidação da república no Brasil.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. TC 026.062/2011-9. Relator Ministro José Jorge. Modalidade: Auditoria Operacional – Fiscalização de Orientação Centralizada. Brasília, jun, 2012.

SILVA, Artur Adolfo Cotias. O Tribunal de Contas da União na História do Brasil: evolução histórica, política e administrativa (1890 -1998). *In*: BRASIL. Tribunal de

Contas da União. Prêmio Serzedello Corrêa 1998. Monografias Vencedoras / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 1999, pp.19-140.